



**Primeiros dados do censo 2022:
Importantes alterações nas populações estimadas dos diferentes entes
federativos brasileiros:
um debate, inclusive fiscal, nos aguarda**

Autor: Prof. Dr. Amaury P. Gremaud

Todo final de ano existe certa apreensão entre as autoridades fiscais dos municípios brasileiros com a divulgação das estimativas de população brasileira feitas pelo IBGE e entregues ao TCU. Muitas vezes esta apreensão é seguida por algum tipo de medida judicial quando tais autoridades se viram insatisfeitas com a divulgação de uma população normalmente abaixo da esperada. Esta insatisfação decorre de possíveis perdas que o município teria numa das principais fontes de receita do município - a transferência que vem do governo federal denominada FPM (Fundo de Participação dos Municípios), a qual está correlacionada ao tamanho da população do município.

No final de 2022 não foi diferente. Na verdade, foi. A expectativa existia, mas os resultados foram diferentes do habitual, pois a divulgação no final de 2022 já deveria envolver os resultados do novo censo demográfico. Quando da divulgação, esta apresentou uma queda significativa da estimativa de população para todo o país e para muitos municípios frente a estimativa divulgada no final de 2021. Assim, as reclamações estão sendo maiores que as habituais, resta a ver agora as consequências jurídicas.

O que aconteceu com a nova estimativa da população brasileira e de cada um dos municípios brasileiros nesta divulgação que já contém dados do novo censo? Este é o tema do presente artigo.

**O que dizem as novas estimativas populacionais para o Brasil,
Regiões e Estados**

No dia 28 de dezembro de 2022 o IBGE enviou, ao Tribunal de Contas da União (TCU) a prévia da população dos municípios brasileiros.¹ Esta prévia já foi realizada com base nos dados do Censo Demográfico 2022 coletados até 25 de dezembro. Como não ocorreu a conclusão do Censo 2022 (até aquela data apenas 84% da população fora recenseada), o Instituto decidiu realizar um

¹ Com base nestas informações como dissemos o TCU calcula as parcelas do FPM a serem destinadas aos municípios (ver regras mais a gente). Outro uso destes dados populacionais está relacionado à determinação do tamanho das representações políticas, como a quantidade de vereadores, deputados estaduais e federais.

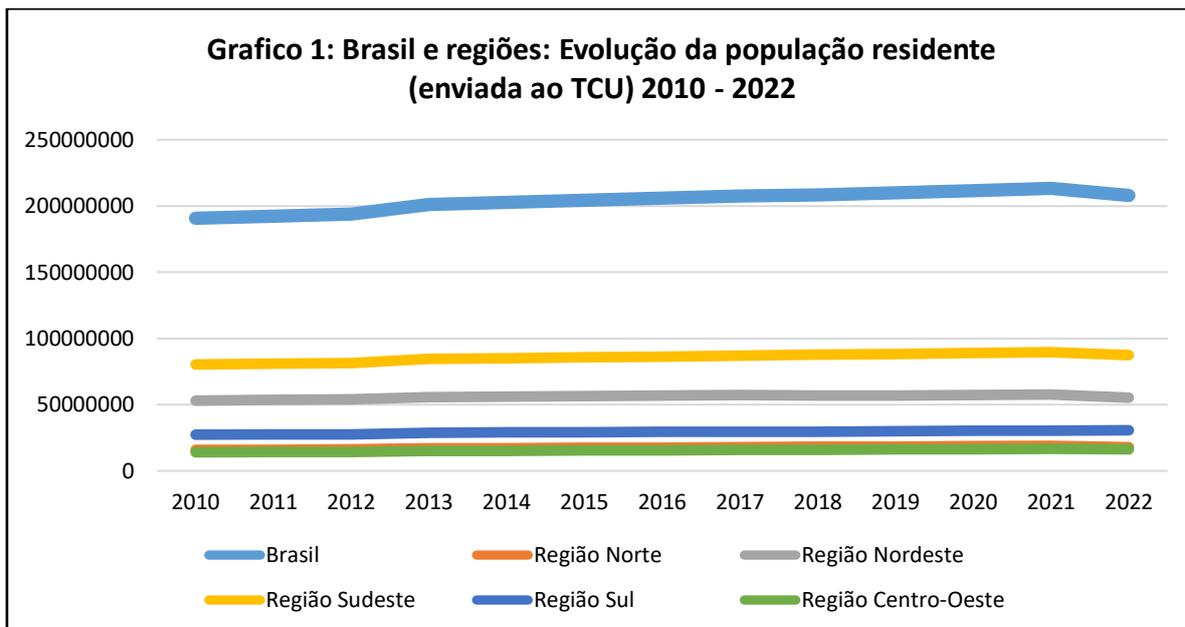


cálculo da população com base em métodos estatísticos. Estes já eram utilizados em divulgações de anos anteriores, mas foram modificados pois já se passou a trabalhar com as informações levantadas ao longo de 2022, sendo que a metodologia também buscava estimar o recenseamento que ainda não fora concluído.² As contestações vão seguir por duas vias: por um lado, a forma como as estimativas foram feitas e, por outro lado, há um questionamento acerca da qualidade do próprio censo 2022.³

Os novos dados apresentam uma alteração importante na série histórica deste tipo de divulgação. Tais alterações, com o advento das informações dos censos, tendem a ocorrer já que os recenseamentos acabam por trazer correções nas estimativas feitas nos anos entre os censos e/ou contagens populacionais. O que pode ser verificado pelo gráfico 1, porém, foi que, desta vez, ocorreu uma queda significativa da estimativa da população brasileira, que alcançou 207 milhões de residentes em 2022. Em relação à divulgação de 2021, os dados mostram 5,5 milhões de pessoas a menos do que o que fora estimado para aquele ano; uma queda de 2,8% em relação aos 213 milhões de residentes então estimados.

² O IBGE emitiu uma nota metodológica explicando como este trabalho de estimativa já usando os dados novos do censo foi elaborado. Esta nota pode ser encontrada em https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Previa_da_Populacao/Nota_Metodologica_Previa_Populacao_Municipios_CD2022.pdf

³ O Censo 2022 já está sendo objeto de discussões. Ver por exemplo as críticas do ex-presidente do IBGE, Roberto Olinto. <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/01/censo-vive-tragedia-absoluta-e-dados-nao-sao-confiaveis-diz-ex-presidente-do-ibge.shtml?origin=folha> E a resposta do também ex-presidente entre 2021 e 2022 e responsável pelo Censo, Eduardo Rios Neto, <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2023/01/censo-demografico-ibge-e-confianca.shtml>



Fonte: dados básicos IBGE

Pela tabela 1 percebe-se que, em relação ao censo anterior, realizado em 2010, quando a população brasileira foi estimada em 190,7 milhões de habitantes existe, nas informações divulgadas para 2022, um acréscimo populacional de quase 17 milhões de habitantes ao longo dos últimos 12 anos, conferindo um crescimento populacional anual pouco superior a 0,7% a.a. Porém antes das estimativas atualizadas com base no censo de 2022, a estimativa era que a população crescia anualmente a uma taxa próxima a 1% a.a. Conforme a tabela 1, esta queda nas expectativas de crescimento populacional não ocorreu de forma homogênea, aconteceu em 4 das cinco regiões brasileiras, umas com maior outras com menor intensidade, mas a região sul manteve as expectativas de crescimento inalteradas.

Tabela 1. Comparações Brasil e Regiões: População residente - censo 2010, estimativas 2021 e 2022.

	População residente - censo 2010	População residente estimada		Diferenças			crescimento populacional anual estimado (% a.a)	
	2010	2021	2022	2010-2022	2010-2021	2022-2021	2022-2010	2021-2010
Brasil	190.755.799	213.317.639	207.750.291	16.994.492	22.561.840	-5.567.348	0,71%	1,02%
Região Norte	15.864.454	18.906.962	17.834.762	1.970.308	3.042.508	-1.072.200	0,98%	1,61%
Região Nordeste	53.081.950	57.667.842	55.389.382	2.307.432	4.585.892	-2.278.460	0,35%	0,76%
Região Sudeste	80.364.410	89.632.912	87.348.223	6.983.813	9.268.502	-2.284.689	0,70%	1,00%
Região Sul	27.386.891	30.402.587	30.685.598	3.298.707	3.015.696	283.011	0,95%	0,95%
Região Centro-Oeste	14.058.094	16.707.336	16.492.326	2.434.232	2.649.242	-215.010	1,34%	1,58%

Fonte: dados básicos IBGE.



Muitas explicações serão buscadas e aguardam o restante das informações do censo para se estabelecer o que, de fato, ocorreu com a demografia brasileira nos últimos anos: quedas mais acentuadas na fecundidade, comportamento diferenciados dos indicadores de mortalidade em relação ao esperado, são hipóteses prováveis. O efeito da pandemia com certeza estará presente na discussão, mas com certeza não será a única explicação para estas diferenças de estimativa. As diferenças regionais e municipais como será visto a seguir, implica que além de movimentos diferentes nos indicadores demográficos, a questão migratória também se fará presente nos debates demográficos que seguirão as demais divulgações do censo do 2022.

Em termos absolutos, pode-se observar pela tabela 2 que as regiões sudeste e nordeste perderam, entre a estimativa feita em 2021 e os dados divulgados no final de 2022, cada uma mais de 2,2 milhões de residentes. A região Norte possui pouco mais de 1 milhão a menos de residentes estimados enquanto que a centro oeste, perdeu algo próximo a 275 mil habitantes nas suas estimativas. Assim, pelas novas estimativas, a região norte teve uma queda de 5,67% no seu contingente populacional estimado e o Nordeste de quase 4%, comparando estas estimativas com as de 2021.

Do ponto de vista dos Estados, pode-se observar pela tabela 2 que apenas Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso tiveram aumentos nas suas estimativas populacionais entre 2021 e 2022, sendo que os dois últimos bem expressivos. Todos os outros tiveram queda inclusive o Distrito Federal, com 171 mil residentes a menos do que o estimado ao final de 2021. Os estados com maiores diminuições absolutas estimadas de população residente entre 2021 e 2022 são os grandes (em termo populacionais) estados do Sudeste, São Paulo e Minas Gerais com mais de 600 mil residentes a menos e o Rio de Janeiro com quase 850 mil residentes estimados a menos (uma queda de 4,85%), destaca-se também entre os estados que apresentaram redução superior a 600 mil residentes na estimativa de 2022 frente à de 2021, o estado de Pernambuco. Do ponto de vista relativo as maiores perdas estimadas de população com o novo censo em relação à estimativa de 2021 ocorreram nos Estados da Região Norte, merecendo destaque Amapá e Rondônia, onde a queda foi acima de 10%, mas também Acre e Amazonas, com queda de 8,5 e 7,4%, chamam a atenção. Na região Nordeste, além de Pernambuco, o Rio Grande do Norte teve queda de 7,2% em suas estimativas.



Tabela 2 Brasil, Regiões e Unidades da Federação População residente enviada ao Tribunal de Contas da União 2020, 2021, 2022

	População residente estimada			diferença		diferença %	
	2020	2021	2022	2022-2020	2022-2021	2022-2020	2022-2021
Brasil	211.755.692	213.317.639	207.750.291	-4.005.401	5.567.348	-1,89%	-2,61%
Região Norte	18.672.591	18.906.962	17.834.762	-837.829	1.072.200	-4,49%	-5,67%
Rondônia	1.796.460	1.815.278	1.616.379	-180.081	198.899	-10,02%	-10,96%
Acre	894.470	906.876	829.780	-64.690	77.096	-7,23%	-8,50%
Amazonas	4.207.714	4.269.995	3.952.262	-255.452	317.733	-6,07%	-7,44%
Roraima	631.181	652.713	634.805	3.624	17.908	0,57%	-2,74%
Pará	8.690.745	8.777.124	8.442.962	-247.783	334.162	-2,85%	-3,81%
Amapá	861.773	877.613	774.268	-87.505	103.345	-10,15%	-11,78%
Tocantins	1.590.248	1.607.363	1.584.306	-5.942	23.057	-0,37%	-1,43%
Região Nordeste	57.374.243	57.667.842	55.389.382	-1.984.861	2.278.460	-3,46%	-3,95%
Maranhão	7.114.598	7.153.262	6.800.605	-313.993	352.657	-4,41%	-4,93%
Piauí	3.281.480	3.289.290	3.270.174	-11.306	19.116	-0,34%	-0,58%
Ceará	9.187.103	9.240.580	8.936.431	-250.672	304.149	-2,73%	-3,29%
Rio Grande do Norte	3.534.165	3.560.903	3.303.953	-230.212	256.950	-6,51%	-7,22%
Paraíba	4.039.277	4.059.905	4.030.961	-8.316	28.944	-0,21%	-0,71%
Pernambuco	9.616.621	9.674.793	9.051.113	-565.508	623.680	-5,88%	-6,45%
Alagoas	3.351.543	3.365.351	3.125.254	-226.289	240.097	-6,75%	-7,13%
Sergipe	2.318.822	2.338.474	2.211.868	-106.954	126.606	-4,61%	-5,41%
Bahia	14.930.634	14.985.284	14.659.023	-271.611	326.261	-1,82%	-2,18%
Região Sudeste	89.012.240	89.632.912	87.348.223	-1.664.017	2.284.689	-1,87%	-2,55%
Minas Gerais	21.292.666	21.411.923	20.732.660	-560.006	679.263	-2,63%	-3,17%
Espírito Santo	4.064.052	4.108.508	3.975.100	-88.952	133.408	-2,19%	-3,25%
Rio de Janeiro	17.366.189	17.463.349	16.615.526	-750.663	847.823	-4,32%	-4,85%
São Paulo	46.289.333	46.649.132	46.024.937	-264.396	624.195	-0,57%	-1,34%
Região Sul	30.192.315	30.402.587	30.685.598	493.283	283.011	1,63%	0,93%
Paraná	11.516.840	11.597.484	11.835.379	318.539	237.895	2,77%	2,05%
Santa Catarina	7.252.502	7.338.473	7.762.154	509.652	423.681	7,03%	5,77%
Rio Grande do Sul	11.422.973	11.466.630	11.088.065	-334.908	378.565	-2,93%	-3,30%
Região Centro-Oeste	16.504.303	16.707.336	16.492.326	-11.977	215.010	-0,07%	-1,29%
Mato Grosso do Sul	2.809.394	2.839.188	2.833.742	24.348	5.446	0,87%	-0,19%
Mato Grosso	3.526.220	3.567.234	3.784.239	258.019	217.005	7,32%	6,08%
Goiás	7.113.540	7.206.589	6.950.976	-162.564	255.613	-2,29%	-3,55%
Distrito Federal	3.055.149	3.094.325	2.923.369	-131.780	170.956	-4,31%	-5,52%

Fonte: dados básicos IBGE.

A população residente nos municípios brasileiros e os recursos do FPM

Em termos municipais existe uma grande variância. Se em alguns municípios existiu uma redução significativa da população residente estimada, em outros, esta subiu consideravelmente quando comparamos 2022 com 2021. Estas mudanças têm como consequência possíveis alterações nas alíquotas com que cada município participa no FPM, o que pode trazer efeitos substanciais nas contas públicas destes municípios.



O FPM é uma transferência de recursos do governo federal, que retira quase 1/4 do IPI e do Imposto de Renda, para ser repassado a todos os municípios brasileiros. Para receber estes recursos os municípios no Brasil são divididos em 3 tipos de municípios: as capitais de estado (incluindo Brasília), os chamados de “reserva” e os do “interior”. Para as capitais se distribui 10% do total do fundo e se leva em consideração dois elementos para repartir estes 10% entre as capitais: um fator estabelecido a partir da renda per capita do estado, o qual é multiplicado por outro fator associado à população da capital, sendo que o cálculo deste fator populacional leva em consideração a porcentagem que a população da referida capital possui no total da população das capitais (população de referência - ver tabela 3).

Os Municípios ditos da Reserva, recebem 3,6% do total do Fundo e são aqueles que não são capitais e possuem 142.633 habitantes ou mais. O cômputo dos percentuais individuais de participação deste Municípios é semelhante ao das Capitais, unicamente considerando-se outra população de referência (a soma da população destes municípios).

Tabela 3. Fator populacional Capitais e Reserva – FPM

Pop. do Município/pop. de referência	Fator
Até 2%	2,0
Acima de 2% até 2,5%	2,5
Acima de 2,5% até 3,0%	3,0
Acima de 3,0% até 3,5%	3,5
Acima de 3,5% até 4,0%	4,0
Acima de 4,0% até 4,5%	4,5
Acima de 4,5%	5,0

Fonte: Lei 5.172/1966, art. 89.

Os Municípios do Interior recebem 86,4 % do FPM e são aqueles que não são Capitais, sendo que os da Reserva também participam cumulativamente deste critério. Para os municípios do interior não se leva em consideração a renda per capita estadual. Mas para estabelecer a participação de cada município no total do fundo, primeiro o fundo é dividido por estado (tabela 4)⁴ e dentro de cada estado a participação de cada município depende de um fator apenas definido pela população residente estimada de acordo com a tabela 5.

⁴ Esta tabela não tem sofrido alterações ultimamente pelo TCU que define estes fatores.



Tabela 4 FPM: Participação de cada Estado nos recursos destinados aos municípios do Interior

Estado	Participação %	Estado	Participação %
Acre	0,2630	Paraíba	3,1942
Alagoas	2,0883	Paraná	7,2857
Amapá	0,1392	Pernambuco	4,7952
Amazonas	1,2452	Piauí	2,4015
Bahia	9,2695	Rio de Janeiro	2,7379
Distrito Federal	0,0000	Rio Grande do Norte	2,4324
Ceará	4,5864	Rio Grande do Sul	7,3011
Espírito Santo	1,7595	Rondônia	0,7464
Goiás	3,7318	Roraima	0,0851
Maranhão	3,9715	Santa Catarina	4,1997
Mato Grosso	1,8949	São Paulo	14,2620
Mato Grosso do Sul	1,5004	Sergipe	1,3342
Minas Gerais	14,1846	Tocantins	1,2955
Pará	3,2948	TOTAL	100,0000

Fonte: Resolução TCU nº 242/90, de 2 de janeiro de 1990.

Tabela 5 Critério populacional para cálculo do fator municipal na divisão do FPM interior

Faixa de habitantes	Coeficiente	Faixa de habitantes	Coeficiente
Até 10.188	0,6	De 61.129 a 71.316	2,4
De 10.189 a 13.584	0,8	De 71.317 a 81.504	2,6
De 13.585 a 16.980	1,0	De 81.505 a 91.692	2,8
De 16.981 a 23.772	1,2	De 91.693 a 101.880	3,0
De 23.773 a 30.564	1,4	De 101.881 a 115.464	3,2
De 30.565 a 37.356	1,6	De 115.465 a 129.048	3,4
De 37.357 a 44.148	1,8	De 129.049 a 142.632	3,6
De 44.149 a 50.940	2,0	De 142.633 a 156.216	3,8
De 50.941 a 61.128	2,2	Acima de 156.216	4,0

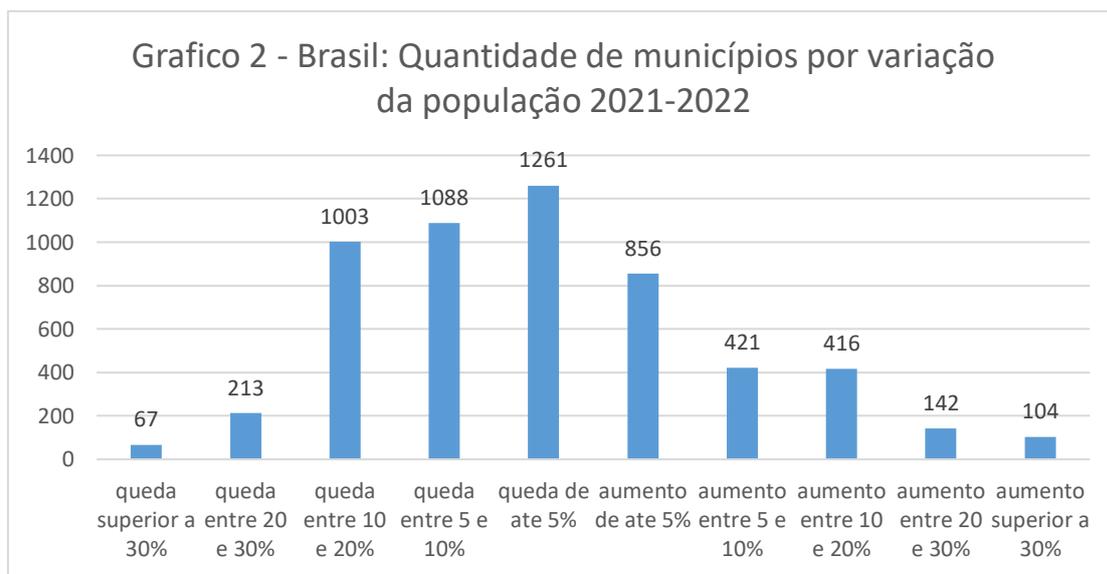
Fonte: Decreto Lei nº 1.881/1981.

Assim fica claro que mudanças nas estimativas podem ter efeitos importantes no coeficiente com que um município entra na divisão do FPM. Mesmo que, por vezes, para alguns municípios as mudanças não levam a uma alteração de faixa e coeficiente, em outras mudanças pequenas podem ter efeito de alteração de coeficiente dado a proximidade que o município se encontrava dos limites das faixas. Mudanças podem levar também a própria classificação do município como sendo de Reserva e ter um adicional de receita como visto acima. Se não houver mudanças nas regras, este poderia ser o caso de Balneário Camboriú (SC), que tinha 149 mil habitantes na estimativa de 2021 e passa a ter 140 mil habitantes na nova estimativa, de modo que este município deixaria de ser um município de reserva já que estes precisam ter mais de 142.633 habitantes. Caso semelhante ocorre em outras cidades como



Queimados (RJ) e Jaú (SP). Já Santa Rita (PB) e Campo Largo (PR) poderão passar a ser considerados municípios de reserva.

Podemos observar pelo gráfico 2 que dos 5570 municípios onde existem dados, que pouco mais de 1/3 dos municípios (2117), apresentou variação pequena - inferior a 5% (para mais ou para menos); mas aproximadamente 10% dos municípios apresentaram variação acima de 20% (para mais ou para menos). Em termos de perdas e ganhos, 42,5% dos municípios (2371) tiveram perda de populacional acima de 5%.; enquanto 20% tiveram aumento da população acima de 5%.



Em termos absolutos, as maiores perdas estão associadas aos maiores municípios. Todos os municípios com mais de 1 milhão de habitantes perderam residentes nas estimativas de 2022 comparadas com 2021. Na tabela 6 elencamos os municípios que perderam mais de 100 mil habitantes entre as duas estimativas. Ganha destaque a perda de quase 290 mil residentes em Salvador, configurando uma queda de quase 10% no quarto município mais populoso do país. São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte continuam sendo os maiores municípios em termos populacionais, no Brasil. Eles também apresentaram quedas expressivas na estimativa de 2022 (quando comparada com a de 2021) em termos absolutos, mas em termos relativos estas são menos expressivas, mesmo que Belo Horizonte a queda de 138 mil habitantes represente mais de 5% da população estimada em 2021. Em termos relativos também chama a atenção as quedas de capitais nordestinas como Natal e Recife, da região Norte especialmente Manaus e Belém; além de Goiânia no Centro Oeste. Chama atenção também a redução da população estimada em



2022 quando comparada a 2021 em alguns municípios não capitais como Aparecida de Goiânia (GO) e municípios da baixada fluminense (RJ) como São Gonçalo e Duque de Caxias. Mauá, município da Região Metropolitana de São Paulo é o próximo município desta lista com perda de mais de 98 mil habitantes, o que representa uma queda de mais de 20% na estimativa de sua população em 2022 quando comparada com a estimativa realizada em 2021.

Tabela 6 Brasil: Municípios com queda de população acima de 100 mil residentes 2021-2022

Município	População residente estimada		Diferença	
	2021	2022	absoluta	relativa
Salvador	2.900.319	2.610.987	- 289.332	-9,98%
Manaus	2.255.903	2.054.731	- 201.172	-8,92%
São Paulo	12.396.372	12.200.180	- 196.192	-1,58%
Brasília	3.094.325	2.923.369	- 170.956	-5,52%
São Gonçalo	1.098.357	929.446	- 168.911	-15,38%
Recife	1.661.017	1.494.586	- 166.431	-10,02%
Rio de Janeiro	6.775.561	6.625.849	- 149.712	-2,21%
Duque de Caxias	929.449	782.799	- 146.650	-15,78%
Natal	896.708	751.932	- 144.776	-16,15%
Goiânia	1.555.626	1.414.483	- 141.143	-9,07%
Belém	1.506.420	1.367.336	- 139.084	-9,23%
Belo Horizonte	2.530.701	2.392.678	- 138.023	-5,45%
Fortaleza	2.703.391	2.596.157	- 107.234	-3,97%
Aparecida de Goiânia	601.844	500.760	- 101.084	-16,80%

Contudo quando se observa os 49 maiores municípios com mais de 500 mil habitantes já encontramos alguns municípios com ganhos populacionais. Entre os não capitais podemos destacar no Estado de São Paulo: Osasco, Santo Andre e Sorocaba que também estão na tabela 3 com os municípios que apresentaram ganhos absolutos acima de 40 mil habitantes, além de Sorocaba. Pela tabela 7 percebemos que o município que em termos absolutos teve maior aumento populacional foi São José do Ribamar no Maranhão, um município que já tinha um bom porte, mas que o aumento representou uma ampliação de quase 50% de sua população residente estimada em 2022 frente a 2021. Algo semelhante ocorre em Fazenda Rio Grande (PR), Sinop (MT), Marica (RJ) e Itajaí (SC) e Parauapebas (PA), além de Santarém (PA) e Vitoria da Conquista (BA), esta última indo no sentido inverso da capital do Estado.



Tabela 7 Brasil: Municípios com ampliação de população acima de 40 mil residentes 2021-2022

Município		População		diferença	
		2022	2021	absoluta	relativa
Sorocaba	SP	738.128	695.328	42.800	6,16%
Santarém	PA	351.220	308.339	42.881	13,91%
Vitória da Conquista	BA	387.524	343.643	43.881	12,77%
Sinop	MT	199.698	148.960	50.738	34,06%
Santo André	SP	776.640	723.889	52.751	7,29%
Parauapebas	PA	271.577	218.787	52.790	24,13%
Maricá	RJ	223.938	167.668	56.270	33,56%
Florianópolis	SC	574.200	516.524	57.676	11,17%
Palhoça	SC	236.638	178.679	57.959	32,44%
Barueri	SP	342.613	279.704	62.909	22,49%
Fazenda Rio Grande	PR	167.315	103.750	63.565	61,27%
João Pessoa	PB	889.618	825.796	63.822	7,73%
Itajaí	SC	291.169	226.617	64.552	28,49%
Cuiabá	MT	694.244	623.614	70.630	11,33%
Osasco	SP	777.048	701.428	75.620	10,78%
São José de Ribamar	MA	269.657	180.345	89.312	49,52%

Entre os municípios com grande aumento da população estimada em 2022 frente ao estimado para 2021, em termos absolutos, temos também três capitais: Cuiabá e Florianópolis, que vão na mesma direção que a população estadual (Mato Grosso e Santa Catarina), além de João Pessoa, que amplia sua população enquanto a um decréscimo (mesmo que relativamente pequeno) na população do Estado. Esta ampliação da população da capital, em estados com estimativas da população caindo entre 2022 e 2021 também ocorre em menor monta em Campo Grande (MS) e Palmas (TO). Estas são as únicas cinco capitais onde a uma ampliação populacional, em todas as outras observa-se um decréscimo. Teresina tem um decréscimo muito baixo, acompanhando o estado cuja queda populacional é relativamente pequena, mas Curitiba por outro lado tem uma queda de mais de 90 mil residentes (4,5%) em um estado (PR) cuja população se ampliou (2,05%).

Em termos proporcionais os maiores efeitos se dão em cidades menores. Por exemplo se tomarmos os 131 municípios com perdas nas estimativas populacionais de 2022 frente as de 2021, acima de 25% só encontraremos dois com mais 100 mil habitantes: São Felix do Xingu (PA) e Maranguape (CE). Por outro lado, um aumento de 25% na população ocorre em 155 municípios, porém 13 deles ou tinham ou passaram a ter mais de 100 mil habitantes, entre eles Ilhéus (BA), Senador Canedo (GO), Cajamar (SP), Sarandi (PR), Camboriú e



Palhoça (Santa Catarina), Itaituba (PA), Esmeraldas (MG), além das já citadas Maricá, Itajaí, Sinop, Fazenda Rio Grande e São José do Ribamar. As Tabelas 8 e 9 apresentam os municípios com os 20 maiores aumentos e diminuições relativos de população residente estimada entre 2021 e 2022.

Município		População		diferença	
		2022	2021	absoluta	relativa
AM	Japurá	9.281	1.755	7.526	428,83%
PA	Jacareacanga	24.742	6.952	17.790	255,90%
RN	Severiano Melo	5.497	1.743	3.754	215,38%
BA	Maetinga	6.968	2.386	4.582	192,04%
GO	Campos Verdes	4.446	1.526	2.920	191,35%
PR	Altamira do Paraná	3.435	1.429	2.006	140,38%
BA	Ribeirão do Largo	10.382	4.896	5.486	112,05%
RN	Extremoz	61.381	29.282	32.099	109,62%
GO	Abadia de Goiás	19.141	9.158	9.983	109,01%
PA	Brasil Novo	30.214	14.883	15.331	103,01%
PA	Senador José Porfírio	22.651	11.305	11.346	100,36%
PA	Canaã dos Carajás	75.433	39.103	36.330	92,91%
AM	Jutaí	25.048	13.462	11.586	86,06%
GO	Itapirapuã	7.987	4.380	3.607	82,35%
SC	Guatambú	8.400	4.692	3.708	79,03%
BA	Potiraguá	11.524	6.623	4.901	74,00%
AL	Satuba	24.087	14.042	10.045	71,54%
AM	Fonte Boa	27.692	16.409	11.283	68,76%
PR	Floresta	11.559	6.926	4.633	66,89%
PE	Cumarú	15.824	9.494	6.330	66,67%



Tabela 9 Brasil: Municípios com maior redução relativa da população residente 2021-2022					
Município		População		diferença	
		2022	2021	absoluta	relativa
PA	Ipixuna do Pará	29.116	67.170	- 38.054	-56,65%
CE	Catarina	9.950	21.041	- 11.091	-52,71%
AM	Manaquiri	17.333	33.981	- 16.648	-48,99%
PE	Salgadinho	5.733	11.214	- 5.481	-48,88%
MT	Cotriguaçu	10.735	20.717	- 9.982	-48,18%
RO	Cujubim	14.338	27.131	- 12.793	-47,15%
AM	Santa Isabel do Rio Negro	14.305	26.566	- 12.261	-46,15%
AL	Campo Alegre	32.020	57.997	- 25.977	-44,79%
PE	Gameleira	18.012	31.578	- 13.566	-42,96%
PA	Goianésia do Pará	23.806	41.678	- 17.872	-42,88%
GO	Vila Boa	3.686	6.451	- 2.765	-42,86%
MT	Juruena	9.635	16.811	- 7.176	-42,69%
PA	Placas	18.602	32.325	- 13.723	-42,45%
AP	Tartarugalzinho	10.511	18.217	- 7.706	-42,30%
PA	Breu Branco	40.157	68.597	- 28.440	-41,46%
PA	Santana do Araguaia	44.526	75.995	- 31.469	-41,41%
SP	Pracinha	2.581	4.327	- 1.746	-40,35%
PA	Jacundá	36.184	60.517	- 24.333	-40,21%
PA	São Félix do Xingu	81.161	135.732	- 54.571	-40,20%
PA	Água Azul do Norte	16.672	27.797	- 11.125	-40,02%

Os dois menores municípios do país continuam sendo Serra da Saudade (MG) e Borá (SP), ambos com menos de 900 habitantes (nestas cidades as estimativas mostram um leve aumento da população residente estimada). No rol de municípios com menos de 1000 habitantes, também permanece Araguainha (MT) que passa a ser a quarta menor cidade do país pois estimou-se uma queda de 20% na população de Ananguera (GO) que passa a ser a terceira cidade com menor população residente, pelo menos de acordo com as novas estimativas de 2022). O inverso ocorre com Engenho Velho (RS), que teve um aumento na população estimada de mais de 38% e deixou de ser um município com menos de 1000 habitantes.

Tais modificações populacionais podem ter importantes consequências para os municípios brasileiros, e provavelmente vão implicar em revisões em uma série de estimativas importantes para a economia e especialmente para as políticas públicas regionais, notadamente de saúde, educação, mas também em termos de saneamento, infraestrutura urbana.

Em termos mais imediatos, como dissemos, estas alterações podem ter implicações sobre a própria receita dos municípios, especialmente nas chamadas transferências constitucionais, como o FPM. Como visto estas



alterações dependem do tamanho da alteração populacional e também das regras de classificação (faixas) em que se enquadram os municípios, e determinam as alíquotas que cada município possui, com a qual se define a parte do fundo que será transferido a cada.⁵

Uma projeção inicial feita pela Confederação Nacional dos Municípios estima que mais de 20% dos municípios do país poderão sofrer reajuste nas alíquotas do FPM. Destes 1222 municípios afetados 863 municípios deverão perder receita, porém 331 deverão aumentar sua participação.⁶

⁵ Também haverá que se analisar até onde se mantem algumas regras que recentemente congelaram parte destas alíquotas.

⁶ Ver CMN Estudos Técnicos/CNM Perdas e Ganhos dos Coeficientes do FPM de 2023, janeiro de 2023